



## PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruibe.sp.gov.br> e-mail: [prefeito-peruibe@peruibe.sp.gov.br](mailto:prefeito-peruibe@peruibe.sp.gov.br)

1 **DEFESA DO MEIO AMBIENTE - CONDEMA - BIÊNIO 2019/2021 - 10/09/2021** Ao décimo  
2 **dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, em ambiente virtual devido**  
3 **à pandemia de covid-19, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Defesa**  
4 **do Meio Ambiente de Peruíbe, CONDEMA, para a 15ª reunião ordinária do biênio**  
5 **2019/2021.** Compareceram os seguintes conselheiros: Eduardo Monteiro Ribas,  
6 representante titular da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura; Karen Cristina Gehwer,  
7 representante suplente do Gabinete do Chefe Executivo; Ana Paula Falaschim  
8 representante titular da Secretaria de Obras; Aruã Caetano, representante titular da  
9 Fundação Florestal; Fernando Macena de Lima, representante suplente da FUNAI; Maridel  
10 Vicene Polachini Lopes, representante titular do MoCAN; Rodrigo del Rio do Valle,  
11 representante titular do Instituto BLOPESCA; Syllis Flávia Paes Bezerra, representante  
12 titular da ECOPHALT; Mônica Teixeira Leite, representante suplente da ECOPHALT; Bruno  
13 de Almeida Lima, representante titular do Instituto RELFE; Gabriel Moraes Gasparoto,  
14 representante titular da Associação Residencial Jardim São Luiz; Renan dos Santos,  
15 representante titular da Aldeia Indígena Tekoá Kwaray; Digenaldo Andrade Souza,  
16 representante titular da APRUMOCAJAA. Participaram como visitantes os munícipes Sylvia  
17 Lyma; Valéria Fumis; Talita Guandolini (Instituto Lixo Zero); Marcelo Mello (Cooperativa  
18 Cooperben); Edna Silva Braga e Julio Braga (Ecojureia), Marcio Motta (Projeto Trinta-Réis);  
19 Anne; Edite Vilanova, Fabiana Nascimento. O presidente do conselho abriu a reunião às  
20 14:13 horas, com a leitura da ata da 14ª reunião ordinária, aprovada por unanimidade com  
21 12 votos favoráveis. Iniciando a **segunda pauta, Informes Gerais**, falando sobre a reunião  
22 do Conselho da Cidade, que conversou com o presidente do colegiado, Sr. Maurício  
23 Maranhão, que concordou em realizá-las de forma híbrida, garantindo a participação da  
24 população; quanto à questão das invasões em Terra Indígena, disse que recebeu uma nova  
25 denúncia do Conselheiro Renan no sábado, que a fiscalização esteve lá e não atuou, assim  
26 como a PM também compareceu e não atuou, mas na segunda feira compareceu ao local  
27 com o Fiscal de Obras e constatou que a construção estava dentro de Terra Indígena.  
28 Informaram-se com o jurídico e tem estabelecido que as desconstruções em TI, todo o  
29 trâmite administrativo tem que ser feito pela FUNAI e não pela prefeitura. Havendo esse  
30 procedimento administrativo definindo pela desconstrução das casas, a prefeitura fornece  
31 todo o apoio estrutural. Diz que fizeram uma reunião do pessoal da FUNAI, do Jurídico da  
32 prefeitura e esclareceram algumas situações. Disse que as fiscalizações tem continuado  
33 em um ritmo bastante intenso, mas a capacidade de invadir está muito maior do que a da  
34 fiscalização. O helicóptero Águia veio dar apoio e disse que há muitas invasões  
35 acontecendo. A secretária pega a palavra e diz que a PM se recusou a atender a ocorrência  
36 na Terra Indígena, e que ela entrou em contato e teve que insistir muito para que a viatura  
37 fosse ao local e constatasse que o imóvel estava em construção, na esperança que na  
38 segunda feira a prefeitura conseguisse efetivar a desconstrução. Pois se a construção se  
39 consumasse e o imóvel fosse coberto, conforme já foi explicado para o colegiado pelo  
40 Conselheiro Marcelo Mouro, é considerado habitação e já não pode ser desconstruído.  
41 Então, cientes disso, os invasores terminam rapidamente o imóvel, jogam um colchão lá  
42 dentro e afirmam que são moradores, o que não é verdade, pois a maioria dos imóveis  
43 acaba sendo vendido. Fala que é necessário que seja tomada uma providência, pois há  
44 dois anos que o Conselheiro Renan, que infelizmente não conseguiu ainda entrar na  
45 reunião por problemas técnicos, pede que haja uma atenção maior do poder público para  
46 evitar tantas invasões e o Presidente pede que a FUNAI haja de forma mais articulada  
47 nesse trabalho. O Conselheiro Fernando diz que na questão da fiscalização as três partes  
48 têm responsabilidade, e dependem uma da outra, são uma área federal, mas quem pode



## PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruipe.sp.gov.br> e-mail: [prefeito-peruipe@peruipe.sp.gov.br](mailto:prefeito-peruipe@peruipe.sp.gov.br)

49 demolir é o governo do estado e o governo do estado solicita muito a prefeitura para dar o  
50 suporte, até recolher o material, entre outras coisas. Os 3 dependem, mas não estão  
51 conseguindo se acertar, tiveram uma primeira reunião, mas precisam ter um norte para  
52 poderem se ajustar, pois às vezes a demora *nossa* (sic) causa impacto terríveis, a casa já  
53 está até com janela e antena de televisão. Fala de outro lugar, onde abriram uma estrada  
54 e estão jogando entulho. Cita o CONSEG, diz que já trataram essa pauta, foi definido um  
55 grupo para discutir. Sugere a criação de um grupo no Conselho para discutir, para tentar  
56 entrar em um acordo entre as 3 esferas, a questão da PM, pois esse atraso vai causar  
57 prejuízo ainda maior. Conselheira Ana Paula diz que o que está acontecendo é uma  
58 demora, a FUNAI tem que automaticamente ajuizar um processo no Fórum para remoção  
59 imediata, não adianta só fazer reuniões. O presidente diz que a primeira reunião foi  
60 produtiva, mas faltou definir um norte, que vai solicitar ao Dr. Adelson estabelecer uma  
61 estratégia para as reuniões e que sejam marcadas o mais rápido possível. A secretária  
62 apoia a criação de uma Comissão Temática, com a participação do representante da Terra  
63 Indígena, e pede que o presidente coloque a criação dessa comissão em votação. A  
64 Conselheira Ana Paula torna a insistir que, se a FUNAI tem uma área jurídica, deve entrar  
65 com a ajuização do processo assim que identificar a ocupação irregular, a secretária  
66 concorda, mas não descarta a Comissão do Condema, pois é necessário que se trate o  
67 assunto, já que nem a ida de uma viatura para atender a ocorrência os indígenas  
68 conseguem. A secretária lê no regimento como se forma a Câmara Temática, e o presidente  
69 coloca em votação, que é aceita por unanimidade, e os conselheiros eleitos para integrar  
70 são os Conselheiros Renan, Fernando, Ribas, Mari. Inicia-se a **pauta 3**, que é a atualização  
71 sobre a representação sobre a praia do Tanigwá e a secretária apresenta a decisão do MPF  
72 que arquivou uma representação encaminhada pela Aldeia Tapirema, pedindo a passagem  
73 dos indígenas pela faixa de areia, alegando que há documentos encaminhados pela  
74 prefeitura mostrando que há condições de acesso interno, sendo desnecessário o uso da  
75 faixa de areia para o trânsito dos veículos. Em seguida, apresenta o recurso que  
76 encaminhou ao MPF, que havia arquivado a representação do COMBEM juntamente com  
77 a dos indígenas, onde alegou que a representação do COMBEM tratava sobre defesa de  
78 fauna e flora, e o MPF acatou e a representação agora está em âmbito federal. Cita as  
79 diversas atividades irregulares que estão acontecendo nessa praia, o trânsito de veículos,  
80 a realização de corridas de cavalo, voos de paragliders, agradece a municipalidade que  
81 tem feito blitz regulares no local para inibir os eventos. Diz que o conselheiro Bruno já  
82 obteve a doação do material necessário para o fechamento da praia e solicita a marcação  
83 de um dia com o presidente. O presidente fala das fiscalizações que estão sendo feitas,  
84 que tem obtido resultado, e estão criando estratégias para coibir essas atividades. E  
85 promete agilizar o encaminhamento das ações para o fechamento da praia com estacas o  
86 quanto antes. O conselheiro Fernando pede a fala e lembra o desgaste ocorrido na primeira  
87 tentativa de fechamento e diz que é importante antes de marcar datas conversar com o  
88 pessoal das Aldeias que tem acesso pela praia e também diz que não sabia desse  
89 documento do MPF, que irá perguntar ao Coordenador Cortez se ele recebeu esse  
90 documento para poder avaliar e pede calma. A secretária lembra que o fechamento só será  
91 feito na divisa com Itanhaém, que o Cacique Arildo da Aldeia Porungawa tem acesso pela  
92 Av. Santa Cruz, e que a Aldeia Tapirema não entra por Itanhaém, então de qualquer forma,  
93 a colocação do Conselheiro Fernando não procede. Que essa discussão sobre a colocação  
94 das estacas está sendo feita há meses, e que em momento algum o Conselheiro Fernando  
95 se manifestou sobre a questão, e no momento em que a ação está sendo efetivada, é  
96 levantada essa questão. E mais uma vez lembra que não está pedindo nada além do



## PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruipe.sp.gov.br> e-mail: [prefeito-peruipe@peruipe.sp.gov.br](mailto:prefeito-peruipe@peruipe.sp.gov.br)

97 cumprimento da lei, e que essa discussão está sendo feita há 2 anos. O presidente diz que  
98 não custa nada averiguar o estado das atas. O Conselheiro Renan pede a palavra, diz que  
99 concorda que tem que marcar o fechamento, mas entende o lado do conselheiro Fernando  
100 e o deles, então gostaria que no dia que o conselheiro Fernando marcar a reunião com as  
101 lideranças indígenas que ele seja convidado, e que também quer que a prefeitura tenha um  
102 olhar para a estrada da sua Aldeia, que seja feito o justo, mas que na verdade todos já  
103 sabiam que um dia ia ser fechada a praia, que lá não é lugar de passar carro, mas que tem  
104 que avisar as lideranças sim. O secretário fala que sempre que vai à Aldeia Tapirema, vai  
105 pela estrada da Aldeia do Renan (Aldeia Tekoá Kwaray) e que ela está boa, que o padrão  
106 das estradas de terra é esse. O Conselheiro Renan diz que quando chove não dá para  
107 passar, que tem buraco, que precisa jogar cascalho. Mas sabe que nenhuma estrada é boa  
108 quando chove, mas queria que arrumasse a sua estrada. O presidente diz que estrada boa  
109 é estrada transitável, pois qualquer estrada da região, choveu muito, não passa. A  
110 secretária solicita que a **pauta 4**, que seria sobre a Limpeza da Praia seja adiada, e que  
111 passemos diretamente para a **pauta 5**, sobre a URE Valoriza Santos, que já dará entrada  
112 à discussão sobre a coleta seletiva nos assuntos gerais, o que é aprovado por unanimidade.  
113 votação é feita, e é criada a Câmara Técnica Fiscalização da Terra Indígena. A Conselheira  
114 Syllis explica que houve a aprovação do projeto no CONSEMA, apesar de toda a  
115 argumentação dos técnicos da sociedade civil sobre os riscos do empreendimento, das  
116 recomendações contrárias do MP e da manifestação da população. Diante disso, a frente  
117 Parlamentar Ambientalista, a Frente Ambientalista da Baixada Santista, a ANCAT  
118 (Associação Nacional dos Catadores e Catadoras) e o MNCR (Movimento Nacional dos  
119 Catadores de Reciclável) que está atuando em conjunto na defesa da coleta seletiva e  
120 contra a implantação das Usinas de Incineração de Lixo no Estado, solicitaram que os  
121 Conselhos de Meio Ambiente da região votassem Moções de Repúdio à implantação desse  
122 empreendimento, que serão encaminhadas aos órgãos envolvidos nesse processo. ao fato.  
123 A secretária lembra que no ano passado o professor Élio Lopes, ex diretor da CETESB e o  
124 doutorando da UNIFESP e Diretor da ACPO (Associação de Combate aos Poluentes) e  
125 coordenador do NEPPS (Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde Socioambiental da  
126 UNIFESP) estiveram fazendo uma palestra sobre o assunto aqui no CONDEMA. Colocada  
127 em votação, onde a Conselheira Karen solicita que seja registrado que apesar do seu pouco  
128 entendimento sobre o assunto específico, sempre vota a favor de tudo que for de interesse  
129 na defesa do meio ambiente, a Moção de Repúdio foi aprovada por unanimidade, ficando  
130 acordado que seria elaborada pela secretária e apresentada ao colegiado na próxima  
131 reunião. A secretária agradece ao colegiado, lembrando que por atos assim que o nosso  
132 CONDEMA é considerado o mais atuante e combativo na defesa do meio ambiente em  
133 toda a Baixada Santista, e que sempre sente muito orgulho quando isso é mencionado nos  
134 vários âmbitos onde atua na causa ambiental da região. A conselheira Syllis também  
135 agradece o apoio dos conselheiros e reforça importância do ato que foi aprovado. Passa-  
136 se então aos assuntos gerais, onde o presidente fala do processo da implantação da Coleta  
137 Seletiva, desde a primeira tentativa de edital em 2018, que deu deserto por duas vezes, na  
138 nova tentativa, da necessidade de tirar as pessoas do aterro, de organizar os catadores,  
139 que havia a necessidade de informar os catadores, para isso foi feita uma reunião de  
140 apresentação para as cooperativas interessadas com a participação de 10 entidades,  
141 depois veio a criação de uma Comissão de Acompanhamento pelo CONDEMA, foi iniciado  
142 o processo, que passa pela Secretaria de Assistência Social, pelo Jurídico, é um processo  
143 administrativo, que espera que até o fim do mês fique pronto. A Conselheira Syllis fala que  
144 é a primeira vez que vê um processo de criação de edital feita dessa forma participativa e



## PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruibe.sp.gov.br> e-mail: [prefeito-peruibe@peruibe.sp.gov.br](mailto:prefeito-peruibe@peruibe.sp.gov.br)

145 infelizmente recebeu a notícia de que o nosso Condeama foi ofendido e caluniado por uma  
146 entidade que nem é do município e gostaria que fosse feita uma manifestação de repúdio  
147 por essa atitude totalmente descabida. O presidente disse que o edital será feito pelo poder  
148 público, que o CONDEMA vai acompanhar, e a secretária pede que a reunião seja marcada  
149 o quanto antes, pois ela já recebeu algumas contribuições. O presidente disse que a  
150 conversa se deu em grupo de whatsapp, o que ele não considera sério, ao que a  
151 Conselheira Syllis disse que não concorda, pois houve uma calúnia, que o que é dito em  
152 whatsapp serve até como prova jurídica. A secretária explica que a colocação foi feita em  
153 um grupo de EcoSol por um conselheiro do Conselho de Economia Solidária, e que o  
154 conselheiro que fez o comentário questionava a pertinência do CONDEMA para tratar da  
155 questão da coleta seletiva, o que deu um caráter muito oficial à manifestação. A secretária  
156 pede licença para ler as atribuições do CONDEMA estabelecidas em sua Lei de Criação,  
157 onde fica explícito que o Conselho é sim o local para a realização dessa discussão e reitera  
158 que foi uma atitude inadequada e infeliz desse conselheiro da EcoSol, mas espera que isso  
159 resolva de vez a questão. Diz que se isso tivesse se dado com um conselheiro do  
160 CONDEMA ou do COMBEM, Conselhos onde ela atua e conhece o regimento, esse  
161 conselheiro estaria sujeito às sanções regimentais, teria sido chamado por uma conduta  
162 que fere a ética do Conselho. A visitante Talita Guandolini solicita fala e se manifesta sobre  
163 um questionamento que fez no grupo do whatsapp da EcoSol sobre o prazo, e o presidente  
164 diz que a dilatação do prazo foi feita mediante solicitação da sociedade civil, mas que não  
165 tem nada de pessoal. Ela pergunta sobre os inquéritos civis, sobre o PNRS, se tudo isso  
166 está sendo considerado. O presidente diz que sim, e fala que o Conselho da Cidade criou  
167 um grupo que está tratando do CDR, que também está em andamento. A secretária diz que  
168 a Conselheira Syllis foi indicada como observadora dos trabalhos pelo CONDEMA, e que o  
169 resultado passará pela aprovação da sociedade civil. A Conselheira Syllis pede à visitante  
170 Talita o número dos processos e ela diz que lhe enviará. A visitante Talita diz que no edital  
171 do chamamento da reunião que aconteceu em julho está "cooperativas, associações e  
172 outros", e quer saber o que é "e outros" e o presidente explica que esse chamamento foi  
173 para uma reunião de apresentação, informação, e foi aberto a qualquer entidade que  
174 tivesse um CNPJ, aquela reunião aconteceu naquele momento e não tem nada além disso.  
175 A palavra é passada para o visitante Júlio Braga que fala que não conseguiu participar do  
176 Edital anterior e que espera que dessa vez não haja o mesmo problema, que como grupo,  
177 possam apresentar essa solidariedade e possa atender a todos os interessados. Agradece  
178 o interesse do CONDEMA em acompanhar esse edital e a secretária agradece e lembra  
179 que se o CONDEMA não tivesse chamado a discussão da implantação da coleta seletiva e  
180 tornasse esse processo público, a sociedade civil só ficaria sabendo no momento em que  
181 fosse publicado, então o conselho cumpriu o seu papel. O Conselheiro Renan mais uma  
182 vez agradece ao presidente, à secretária e ao Conselheiro Fernando, e sem mais nada a  
183 acrescentar, o presidente encerra a reunião às 16:39h.  
184

185  
186 Eduardo Monteiro Ribas  
187 Presidente do CONDEMA

Maridel Vicene Polachini Lopes  
Secretária Executiva

188  
189  
190

Peruíbe, 10 de setembro de 2021